

EDITORIAL

A 55ª edição da Revista do Direito da UNISC conta com artigos de excelente qualidade acadêmica que proporcionam ao leitor uma reflexão de extrema relevância, especialmente diante do cenário político Brasileiro e, porque não, mundial. No artigo “Os contornos possíveis do discurso de ódio no Brasil: proposta a partir da convenção americana de direitos humanos” a situação nacional ficou muito bem retratada.

Mas não só naquele manuscrito a preocupação com o cenário nacional foi retratada, também nos artigos “Situação das Mulheres nos Países do BRICs: análise comparada da (in)efetividade das políticas públicas de proteção da mulher e de redução da desigualdade de gênero nas quatro maiores economias emergentes do mundo” e “Mulheres, política e (sub) representação feminina: a ADI 5617 e as ações afirmativas para assegurar a participação feminina mínima nas casas legislativas” a realidade brasileira e mundial de discriminação, fragilidade e pouca representatividade da mulher foi apresentado.

Os dias atuais nos chamam para discussões muito complexa, como não poderia deixar de ser já que as relações sociais são poder demais complexas. As minorias lutam pelo respeito e por espaços de participação, o direito à diferença não fica fora dessa luta. Tais movimentos ocorrem em um contexto constitucional de multiculturalismo onde os direitos fundamentais consagrados no texto constitucional, cujo controle é atribuído ao Poder Judiciário concretizando a defesa contramajoritária da minorias, assume o centro de preocupações. Esses temas permeiam as temáticas dos artigos “A dinâmica da política constitucional: o que podemos extrair do caso “Brown vs. Board education?” e “Limites para mutação constitucional? A viragem interpretativa do artigo 52, x, da constituição federal de 88”.

Os debates que giram em torno dos direitos fundamentais inserem-se em um contexto internacional, por isso não se pode desconsiderar o controle de convencionalidade enquanto forma de fazer cumprir os pactos acordados entre Estados soberanos, tema abordado no artigo “O controle de convencionalidade do crime de desacato e o sistema interamericano de direitos humanos na redemocratização na américa-latina: uma análise com base no caso brasileiro.”.

As contribuições internacionais que a Edição 55 contempla também referem-se a dois assuntos muito discutidos nos tempos hodiernos. O primeiro (“Luces y sombras del derecho fundamental al olvido”) é típico de uma sociedade da informação na qual as redes sociais facilitam a exposição da intimidade, daí porque discutir inverso, o direito ao esquecimento. A contribuição do segundo artigo estrangeiro (Legitimacy versus Illegitimacy— Transparency, Integrity of Financial Markets and Corporate Governance: Whither Corruption?) dirige-se a discutir a corrupção problema universal que assombra os Estados republicanos e as democracia contemporâneas.

Diante dessa rápida apresentação dos temas convergentes discutidos nessa edição, convido a todos a leitura.

Boa leitura!

Dra Denise Friedrich